

Livro nº.

Folha

8
164



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2017/2021

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 26 de fevereiro de 2021**

Ata da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório Professor Doutor Emídio Ribeiro, da vila do Gerês, realizou-se a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e um da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro;-----

2. Análise, apreciação e aprovação da Primeira Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e um;-----

3. Análise, apreciação e autorização da contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de um milhão, novecentos e vinte mil euros;-----

4. Eleição de quatro elementos da assembleia municipal para a Equipa para a Igualdade na Vida Local de Terras de Bouro.-----

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupas o lugar de segundo secretário.-----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo e a senhora Vereadora, Doutora Ana Genoveva Araújo.-----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende que foi substituído nos termos da Lei pelo Secretário da Junta de Freguesia de Valdosende, senhor Bernardino Ferreira da Silva. Registou-se ainda a ausência justificada da senhora deputada Maria Alice de Sá e Sousa, sendo esta substituída, nos termos da Lei pelo senhor deputado Ricardo Gonçalves.-----

----- Comprovada a existência de "quorum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta.-----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Logo depois e como não foi solicitada a palavra ou qualquer reparo sobre a mesma, esta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- Ainda antes do período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à assembleia municipal a inclusão na ordem de trabalhos, a pedido também do Executivo Municipal, de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Guilherme José Barbosa Borges, ex-tesoureiro da Junta de Freguesia de Rio Caldo. Face à inexistência de declarações sobre este assunto, o mesmo foi colocado à consideração e aprovada por unanimidade a sua inclusão para que constasse assim como quinto ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Seguidamente teve início o período de antes da ordem do dia.-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: senhora deputada Eduarda Pereira, senhor deputado Alexandre Pereira, senhor deputado Filipe Pires, senhor deputado Manuel Sousa e senhor deputado Ricardo Gonçalves.-----

----- A intervenção inicial pertenceu então à senhora deputada Eduarda Pereira segundo o que de seguida se transcreve na íntegra:-----

----- "Boa Noite,-----

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros de Assembleia Municipal, cumprimento também o Público e Membros de Comunicação Social presentes.-----

Nesta sessão da Assembleia Municipal de Terras de Bouro gostaria de colocar as seguintes questões ao Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro:-----

OBRA AO FUNDO DA AVENIDA 20 DE JUNHO NA VILA DO GERÊS.-----

Relativamente a esta obra já percebemos pelas notícias que saíram na comunicação social que o parecer jurídico solicitado pelo Município chegou à mesma conclusão que os serviços jurídicos municipais: o ato de aprovação do primeiro projeto de arquitetura estaria caducado. Solicito que nos esclareça mais detalhadamente este assunto e que medidas irá tomar o Município face à conclusão deste parecer.-----

Neste ponto gostaríamos também que nos informasse se não corremos o risco do IMEG pedir indemnização pelos prejuízos causados por toda esta confusão administrativa no licenciamento ao Município de Terras de Bouro?-----

2. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - RECUPERAR PORTUGAL 2021-2026-----

O Plano de Recuperação e Resiliência é definido pelo governo português "pela sua dimensão e relevância estratégica, pelo seu impacto estrutural e ambição, pelo seu simbolismo enquanto resposta conjunta da União Europeia a uma crise sem precedentes, o PRR deve ser o Plano de todos os portugueses, dando resposta aos desafios que enfrentamos e que, em conjunto, vamos superar." O PRR é de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, com recursos que ascendem a 14 mil M€ de subvenções, um conjunto de reformas e investimentos que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com Europa ao longo da próxima década. Foi por isso uma surpresa

bastante desagradável ter conhecimento que este Plano não contempla nenhum investimento no nosso território e que os projetos de Terras de Bouro não foram contemplados pelo PRR.---- Solicito que nos esclareça mais detalhadamente o que foi solicitado por Terras de Bouro, como foi feita a defesa de que os projetos propostos eram estruturantes para o nosso concelho e nomeadamente, porque esse é o objetivo, em que medida eles prosseguiram as metas determinadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência. E também perceber como foi possível de Terras de Bouro ter ficado de fora do plano para recuperar da grave crise que se prevê e se ainda há alguma coisa a fazer para inverter esta decisão e mais concretamente como pretende o Município reagir?-----

3. ESTRADA ERMIDA-----

Estando esta obra já adjudicada e o empréstimo contratado há mais de 2 anos, gostava que nos esclarecesse o que justifica só agora o Município estar a começar a tratar dos acordos de cedência dos terrenos? Na nossa opinião este assunto já deveria ter sido tratado numa fase preparatória da obra e está-se a atrasar mais uma vez uma obra que já devia ter iniciado.-----

4. PLANO DE VACINAÇÃO COVID-19-----

Se o Sr. Presidente tiver essa informação gostaríamos de saber como está a decorrer o Plano de Vacinação contra o Covid-19 em Terras de Bouro?-----

----- Fim da intervenção e transcrição da intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira.----

----- Logo depois assumiu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira que após os cumprimentos iniciais, se referiu à intervenção e Moção que o senhor Nuno Roupas apresentou na reunião da assembleia municipal de vinte e sete de novembro, um assunto de motivações políticas, sublinhou o senhor deputado já que, à data, foi apresentado em todas as assembleias municipais do país, sendo assim, uma opção do próprio partido. O senhor deputado disse até não ter intenção de falar nessa sessão, mas foi obrigado a isso pelas circunstâncias conhecidas. Já o senhor Nuno Roupas, continuou o senhor deputado, sobre a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em Souto, nada aqui disse. Prosseguindo a sua intervenção, o senhor Alexandre Pereira aludiu seguidamente à sua própria referência à deputada Joacine Katar Moreira, sublinhando que um deputado quando é eleito deve representar o partido. Em Terras de Bouro, temos também um político semelhante à senhora deputada Joacine e que é o vereador do Partido Socialista (PS) no Executivo, Doutor Luís Teixeira, já que o próprio deputado municipal Filipe Pires, do PS, disse que não sabia o que se passava na reunião do Executivo Municipal e a verdade é que o PS na assembleia municipal vota ao contrário do que vota o seu vereador na reunião da câmara municipal. Esta é a questão Joacine em Terras de Bouro, pois não há sintonia no Partido Socialista. O senhor deputado afirmou também a sua estranheza por não ter sido convocado para a elaboração das grandes opções do plano para dois mil e vinte e um e, de seguida, referiu-se, por fim, à situação de um

funcionário da autarquia, não sabe se da junta ou da câmara, que sofreu um acidente há já algum tempo e que não tem a sua situação resolvida.-----

----- De imediato, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para alertar o senhor deputado Alexandre Pereira que as suas referências ao senhor Nuno Roupar não são as mais corretas, pedindo-lhe que moderasse a sua linguagem.-----

----- Ainda neste período e relacionado com as intervenções anteriores, o senhor Nuno Roupar pediu para intervir e explicou a sua intervenção na anterior assembleia municipal, afirmando que não se tratou de nenhuma moção, mas sim apenas um documento que leu e que foi elaborado por si, porque isto é democracia, concluiu o senhor Nuno Roupar.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Filipe Pires dirigindo cumprimentos a todos os presentes, em especial à deputada Isménia Loureiro, que hoje celebra o seu aniversário. Prosseguindo e sobre a declaração de voto assumida na última sessão da assembleia municipal sobre a emissão de uma declaração de interesse municipal relativamente à construção de um parque de campismo na Assureira, o senhor deputado questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto. Continuando e agora sobre as obras na Avenida 20 de junho, que ainda decorrem dois anos depois e demonstrando grande falta de respeito pela população e ilegalidade na empreitada que é, nesta altura, surreal o que está a acontecer. Sendo ano de eleições, a obra arrasta-se, porque será, questionou o senhor deputado. Ainda na vila do Gerês, mas sobre a obra particular na entrada da localidade, o senhor deputado acha um exagero pagar sete mil e quinhentos euros por um parecer jurídico sobre a dita obra, parecer que até igual ao da câmara municipal, já que a sua grande dimensão e a situação do pilar na via pública estão à vista de todos. Não há uma intervenção nesta situação durante quatro anos, a licença já caducou de certeza e vamos para sete anos deste processo onde ninguém está satisfeito, sublinhou e pediu esclarecimentos o senhor deputado Filipe Pires. Continuando e sobre o plano de resiliência apresentado recentemente, demonstrou a sua solidariedade com o presidente da câmara, pois trata-se de uma verba elevada, de cerca de dezasseis milhões de euros e Terras de Bouro não podia ser esquecido. Mais afirmou o senhor deputado que o Partido Socialista de Terras de Bouro fará embaixada junto do PS de Braga e junto do Governo para que a situação seja revista. Nesta matéria estamos solidários com a câmara municipal, como o presidente da câmara e com os terrabourenses, reiterou e concluiu o senhor deputado Filipe Pires.-----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes, desejou a todos um bom ano e agradeceu igualmente a anuência à inclusão do voto de pesar proposto para a sessão de hoje. Prosseguindo, iniciou a seguir o seu período de resposta às intervenções ocorridas e, assim sendo, à senhora deputada Eduarda Pereira respondeu que relativamente à obra na entrada da vila do Gerês, há a possibilidade de reunir com o Engenheiro Jerónimo, se for o caso e quanto ao parecer jurídico externo ao município, fez-se por uma questão de segurança e por sugestão do Doutor Paulo Valente Monteiro, não esquecendo que o processo está no Ministério Público. Mais informou o Senhor

Presidente que o promotor foi notificado, estando a decorrer o período de audiência prévia e explicações sobre o alvará também foram apresentadas. Há uma evidente preocupação com a obra, sublinhou, não esquecendo que os técnicos municipais são os mesmos de há muitos anos. Já sobre o plano de resiliência, o Senhor Presidente explicou o processo e referiu o plano estratégico elaborado pela Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado, onde estão incluídas muitas das necessidades para Terras de Bouro. O Governo "esqueceu-se de certas situações", sublinhou, nomeadamente, dos territórios de baixa densidade. Continuando, o Senhor Presidente aludiu a uma reunião com a senhora Ministra da Coesão Territorial a doze de fevereiro para dar conta das reivindicações dos municípios da CIM do Cávado, onde consta a via do Homem-Lima até São Bento da Porta Aberta e frisou também que há ainda cinquenta por cento da verba alocada para investir no território. Sobre a estrada da Ermida e após demonstrar mais uma vez a sua surpresa pela posição anterior de abstenção sobre esta intervenção, o Senhor Presidente frisou tratar-se de um processo administrativo complexo, um "calvário intenso", com notificações a proprietários, num trabalho árduo que se desdobra e repete por muitas reuniões de trabalho. Mais frisou o Senhor Presidente que este Executivo foi eleito para quatro e não para três anos e é assim que continuaremos a trabalhar, pois aqui, sublinhou "não se fazem casas pelo telhado".-----

----- A senhora Deputada Eduarda Pereira solicitou momentaneamente a palavra para referir que não concordaram com a forma como a proposta de intervenção na estrada da Ermida foi elaborada e daí a abstenção. O Senhor Presidente anda há anos a falar nesta posição, mas podemos recorrer à ata da sessão para provar isto mesmo que referi hoje aqui, sublinhou a senhora deputada.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra e ainda sobre o assunto da estrada da Ermida afirmou elogiar o esforço dos proprietários pela sua disponibilidade para resolver a questão, sendo que, o projeto está a decorrer e os acordos a ser assinados. Já quanto ao plano de vacinação, está a decorrer bem, nomeadamente, nos grupos prioritários. Já foram vacinados trezentos e trinta e três terrabourenses e à data de hoje só há registo de três casos ativos de COVID19, referindo ainda o excelente andamento do plano de transportes e que não falhem as vacinas, tendo em vista atingir o esperado estado de imunidade, talvez em agosto.-----

----- Continuado a sua intervenção e sobre as palavras do senhor deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente disse que foi enviado um email a solicitar as devidas contribuições para as Grandes Opções do Plano (GOP) 2021, seria de confirmar essa situação na sua conta pessoal, sublinhou. Relativamente à situação pessoal e social dos funcionários que aqui apresentou o senhor deputado, o Senhor Presidente explicou os processos e disse que estão a ser acompanhados para que, um deles, pelo menos, se possa aposentar.-----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado Filipe Pires e no que diz respeito à construção do parque de campismo na Assureira, a declaração municipal foi emitida e remetida ao requerente para tratar do processo restante, essa é a função da câmara municipal, nada mais.-----

----- Sobre este assunto, o senhor deputado Filipe Pires interveio, momentaneamente, para referir que se devia ter esperado pelo parecer da Reserva Agrícola Nacional (RAN) para esta assembleia se pronunciar.-----

----- O Senhor Presidente retomou a palavra seguidamente e sobre a obra na Avenida 20 de junho disse só faltar a nova pavimentação e as grades para ficar concluída e seria bom ter uma ideia das obras que se fizeram entre dois mil e nove e dois mil e dezassete, pois, na realidade não existiram praticamente. Ainda na vila do Gerês, o Senhor Presidente repetiu a explicação sobre a ilegalidade da obra à entrada da vila e de como o Engenheiro Jerónimo Correia prestou esclarecimentos na reunião do Executivo Municipal. Terminou, neste período, o Senhor Presidente afirmando ter registado a solidariedade do PS sobre o plano de resiliência, pois, para além de outras necessidades é fundamental lutarmos por melhores acessibilidades ao nosso concelho.-----

----- Seguidamente, assumiu a palavra o senhor deputado Manuel Sousa, segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,-----

Caros Deputados Municipais,-----

Público presente,-----

Surpreendentemente as plataformas metálicas colocadas sobre o Rio Gerês estão a ser bastante publicitadas nos meios de comunicação regionais e nacionais deste país, na sequência de uma denuncia apresentada pela Associação Ambientalista FAPAS, que tem intenções de apresentar uma participação ao Organismo Europeu de Luta Antifraude da Comissão Europeia (OLAF). No referido comunicado informa que já foi apresentada uma queixa às Autoridades Portuguesas para adequada investigação do cumprimento da legislação de ordenamento do território, nomeadamente do PDM (Plano Diretor Municipal) de Terras do Bouro e do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG). Na sequência desta participação, o Município já recebeu alguma notificação acerca deste assunto?-----

Sabemos que em resposta o Senhor Presidente terá dito que esta polémica foi com intenção de criar ruído político; mas não deixa de ser legítimo que alguma associação possa levantar estas questões e solicite esclarecimentos às entidades competentes, que avaliarão a situação para perceber se estas estruturas contrariam todas as orientações e diretivas da União Europeia em matéria de ambiente ou se foi violado o PDM de Terras de Bouro e do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG). Claramente que se estas não tiverem fundamento legal o assunto ficará por aí e o ruído político de que fala deixa de existir.--

Ainda antes da polémica se ter instalado na comunicação social, tive a oportunidade de ver as estruturas e o primeiro pensamento que me ocorreu não foi propriamente em relação à arquitetura da obra e ao seu impacto visual, que é claramente discutível. O pensamento foi em relação à segurança e eventuais riscos que estas estruturas podem representar.-----

Muitos dos presentes devem saber que o Rio Gerês, apesar de aparentar uma certa calma, em dias de tempestade torna-se num rio bastante turbulento, com fortes correntes que transportam muitos detritos da serra e muitas pedras de dimensões consideráveis. Além do mais, quem conhece a história do Gerês saberá que o leito do rio foi desviado perto do local onde estão as plataformas. Sabemos bem que o rio tenta sempre voltar ao seu curso natural e que a zona já teve intervenções de suporte de terra.-----

Este tema chegou a ser abordado na sessão de Assembleia Municipal anterior, no entanto, não dispunha de qualquer informação técnica sustentada que permitisse entender quais os riscos que estas infraestruturas podem representar para o leito do rio. Nesse sentido, procuramos obter algum esclarecimento técnico para obter um melhor entendimento sobre o assunto. Pelo que nos foi explicado sempre que um pilar é aplicado no rio ou numa zona onde existe um fluído, existem forças que se criam na sua envolvente, ou seja, criam-se vórtices. O vórtice trata-se de massa de água em movimento espiralado, que pela força com que gira, atrai os objetos para o seu centro vazio. Esses vórtices dependem da altura de água, da velocidade e da largura do rio. Quando mais pequena for a largura mais velocidade a água tem, logo quanto maior for a velocidade do escoamento maior será a probabilidade ocorrer erosão. Existem diversos fatores que podem interferir na erosão junto dos pilares, nomeadamente tipo de solo, tipo de sapata, tipo de pilares. No caso dos pilares no rio do Gerês sendo em perfil H irão gerar mais vórtices que um pilar redondo ou oval. Quanto mais pequena for uma sessão de um rio maior será a velocidade do escoamento, aumentando a probabilidade de ocorrer erosão junto dos pilares.-----

Desta explicação leva-nos a concluir que existem vários riscos associados que podem causar alguma obstrução. Um leito com elevado caudal e com fortes correntes terá as suas consequências para a zona envolvente.-----

Em Portugal os exemplos de obstrução de cursos de água nunca deram bons resultados e os desastres acontecem sendo depois atribuídas responsabilidades a fenómenos naturais extremos, quando os extremos foram cometidos por ação do Homem.-----

Esta intervenção não pretende criar ruído político, mas apenas partilhar uma preocupação sobre os riscos que estas plataformas podem representar para a Vila do Gerês.-----

Muito Obrigado.”-----

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Ricardo Gonçalves que depois dos cumprimentos a todos, se referiu às plataformas obre o rio Gerês, de qual será o aspeto final

das mesmas e impacto para a envolvente ambiental. Compreende esta intervenção com objetivos políticos, sublinhou, pois qualquer ato realizado no Gerês é bom para ser falado. Continuando, falou depois sobre a pouca largura dos passeios em Admeus e como se trata de uma obra para um mandato, sendo o restante para completar no segundo mandato até à vila do Gerês. O Senhor Presidente é um publicitário fabuloso, sublinhou. De seguida, falou sobre a estrutura em madeira dos passadiços no Rio Homem e de como seria melhor que fossem em ferro, pois daqui a quatro anos já estão podres, tratando-se de obras financiadas seria bom perceber também o retorno para o concelho. Estão a chegar os censos e não parece que Terras de Bouro venha a registar mais população do que há dez anos, pelo contrário, ainda que este Executivo beneficie também do modo de ação do Executivo anterior. Esta governação autárquica "nada em dinheiro", explicando também o senhor deputado as verbas dos quadros comunitários e a aprovação da falada "bazuca comunitária" que contribuirá com mais de cinquenta e oito mil milhões de euros distribuídos por várias áreas. A câmara tem que ter projetos prontos para candidatar, dizendo também que o atual Ministério do Ambiente investiu como nunca no Parque Nacional e a assembleia municipal ajuda, sendo importante explicar às pessoas tudo o que se passa, frisou. O plano de emprego para o concelho passa pela câmara municipal, tendo Terras de Bouro um dos rácios mais elevados neste aspeto, será que se justifica, questionou o senhor deputado, aproveitando também para dizer e concluir que é preciso fazer contas à produtividade.-----

----- O Senhor Presidente voltou a assumir a palavra para novo período de respostas e sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa disse que há cuidados e riscos com as plataformas, mas para isso é que há técnicos, sublinhou. A Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade (FAPAS) está no seu direito, mas há muito ruído político à volta desta situação, convidando o Senhor Presidente esta associação a vir a Terras de Bouro para ajudar a resolver problemas, lendo também o Senhor Presidente um email da FAPAS a pedir desculpa ao município pela situação causada. Aceita-se discutir a questão da arquitetura, mas procuramos sempre fazer o melhor por Terras de Bouro e por isso toda a área vai ser requalificada. Sobre esta e outras intervenções na mesma área, nomeadamente, sobre a poluição no rio Gerês, o Senhor Presidente afirmou nunca ter tido conhecimento de uma reação da FAPAS, sendo que, há outros problemas mais importantes que urge resolver, concluiu.-----

----- Neste período, interveio momentaneamente, o senhor deputado Filipe Pires para referir que o senhor Presidente da Assembleia Municipal permite tudo ao Senhor Presidente, alargando as suas intervenções e as considerações insultuosas que são feitas, seria bom que o senhor Presidente da Assembleia Municipal controlasse esta situação.-----

----- Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do público.-----

----- Dos presentes, solicitou a palavra o senhor Pedro Carvalho que justificou a sua presença com esclarecimentos que apresentou sobre a problemática levantada pela situação da declaração de interesse municipal emitida pela assembleia municipal para a construção de um

parque de campismo pelo próprio e que teria levantado dúvidas em algumas pessoas, sobre as quais teceu ainda comentários pouco abonatórios.-----

----- Sobre esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio imediatamente para pedir moderação e respeito por esta assembleia municipal.-----

----- Terminado este período entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos, já com a inclusão do solicitado na sessão de hoje: -----

1.Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro;-----

2.Análise, apreciação e aprovação da Primeira Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e um;-----

3.Análise, apreciação e autorização da contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de um milhão, novecentos e vinte mil euros;-----

4.Eleição de quatro elementos da assembleia municipal para a Equipa para a Igualdade na Vida Local de Terras de Bouro.-----

5.Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Guilherme José Barbosa Borges, ex-tesoureiro da Junta de Freguesia de Rio Caldo.-----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção com um esclarecimento relativamente à emissão da declaração de interesse municipal para o senhor Pedro Carvalho para logo depois se referir à atividade do município neste período e desde a última sessão nos seguintes moldes: o saldo em operações orçamentais era à data de um milhão vinte e oito mil duzentos e cinco euros e nove cêntimos e no campo da despesa o valor era de oitocentos e vinte e seis mil oitocentos e oitenta e oito euros e noventa e seis cêntimos. Continuando, aludiu ao combate ao Insucesso Escolar com desenvolvimento de ações, ao Projeto PNPG GO com desenvolvimento de atividades, à implementação da fibra ótica por todo o concelho, às operações de limpeza da Proteção Civil, à aplicação de testes rápidos nas instituições do concelho, à reabertura oficial dos Correios de Portugal (CTT) em Terras de Bouro, depois do município ter assegurado os serviços durante este tempo, as candidaturas submetidas, a distribuição de prendas no Natal, a emissão do último número do jornal Geresão, elogiando o trabalho do Doutor Agostinho Moura e, entre outros, deixou ainda os Parabéns ao Parque Cerdeira pelo troféu conquistado recentemente com a atribuição do prémio "Demographic Change & Accessibility 2021".-----

----- Sobre este ponto da ordem de trabalhos, solicitou a palavra o senhor Deputado Guilherme Alves para defesa da honra. O senhor deputado demonstrou a sua indignação pela forma como o público hoje aqui interveio, pois há que demonstrar lealdade e respeito por todos neste órgão. Mais afirmou que as pessoas não podem vir aqui "atirar pedras" a quem aqui está e que foi,

democraticamente eleito, sublinhou. No futuro ainda vamos ter considerações sobre a vida pessoal de cada um, não se pode aceitar esta situação e cabe ao Presidente da Assembleia Municipal manter este respeito. Não estamos aqui para receber lições do público, reiterou o senhor deputado Guilherme Alves.-----

----- Sobre esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal também se referiu ao assunto, dizendo que não concorda, de forma alguma, com o que aconteceu, classificando mesmo de muito desrespeitosa a situação. Apesar de lamentável, continuou, por vezes não temos controlo sobre as pessoas, concluiu.-----

----- Ainda sobre este assunto, interveio também o senhor deputado Filipe Pires para dizer que o senhor Presidente da Assembleia Municipal tem o dever e a obrigação de garantir o respeito nesta assembleia municipal. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos e após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não quis continuar sem afirmar que não se revê na forma como o senhor Pedro Carvalho aqui hoje interveio, nomeadamente, na linguagem utilizada. Prosseguindo e sobre a primeira Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e um, afirmou que esta revisão decorre da aprovação de três projetos aprovados: Novo ancoradouro entre pontes; Zona de lazer no Rio Homem e Cultura para todos.-----

---- Sobre este ponto pediu a palavra a senhora deputada Eduarda Pereira para dizer que e cita-se "Neste ponto queremos apenas colocar uma questão: tendo em conta que o Município vai encaixar uma receita adicional de mais de meio milhão de euros, se já pensou em algum ou alguns projetos adicionais relevantes que vá agora poder concretizar com esta receita adicional?" - fim de citação.-----

----- Ao que o Senhor Presidente respondeu de imediato dizendo que esta verba será para investir nas freguesias, assegurando as prioridades e necessidades estruturais e de recursos humanos que são precisos. Além disso, podemos também apoiar o campo social e aplicar medidas de apoio ao comércio local, se necessário.-----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o segundo ponto da ordem de trabalhos à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com o voto de abstenção do senhor deputado do Partido Socialista, Vítor Fernandes.-----

----- De seguida, o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos e após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para apresentar a Proposta de autorização da contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de um milhão, novecentos e vinte mil euros, documento já submetido em reunião do Executivo Municipal.-----

----- Mais referiu o Senhor Presidente que os investimentos a financiar com a presente operação serão: a Requalificação da EM 531 e CM 1269 - Moimenta - Brufe | 19P009 | um milhão, cento e cinquenta mil euros; a Requalificação de Caminho Municipal entre Assento e Corujeira, em Rio Caldo | A inscrever | cento e cinquenta mil euros; a Requalificação da

Estrada Municipal 536 Choreense - Souto | 20P015 | quinhentos mil euros; a Pavimentação da Estrada de Gogide (Ribeira) a Santa Cruz | 20P016 | sessenta mil euros e a Pavimentação entre a EN 205-5 e o paredão da Barragem da Caniçada | A inscrever | sessenta mil euros.-----

----- Abertas as inscrições, interveio em primeiro lugar a senhora deputada Eduarda Pereira manifestando a intenção de apresentar uma declaração de voto.-----

----- Logo a seguir interveio também o senhor deputado Vítor Fernandes que depois dos cumprimentos dirigidos aos presentes, começou por se referir à intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, nomeadamente, às comparações com a deputada Joacine Katar Moreira e de como é agradável ver a preocupação do senhor deputado da Coligação Democrática Unitária (CDU) com o Partido Socialista, pois no PS é salutar a demonstração de opiniões diferentes. Já sobre as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal, não deveria referir-se à senhora deputada Eduarda Pereira nos moldes que o fez, só porque esta se absteve no assunto da estrada da Ermida. Neste assunto, o Presidente da Câmara Municipal é que está a ser avaliado. Mais frisou o senhor Deputado Vítor Fernandes que tom depreciativo com que o Senhor Presidente se referiu ao deputado Ricardo Gonçalves também não é salutar, pois o Doutor Ricardo tem toda a legitimidade para realizar as suas intervenções. Tratou-se, na realidade, sublinhou o senhor deputado, de um “momento Ventura”, ofensivo e desnecessário. Relativamente ao comportamento do público, não se devia brincar desta forma com a assembleia municipal. O senhor deputado pediu mais atenção para estas situações, de modo a evitar especulações. Já relativamente ao empréstimo, o Partido Socialista irá abster-se por uma questão de coerência. A câmara municipal não tem grande margem de manobra e a verdade é que as próximas gerações é que vão pagar o empréstimo. Além disso não se trata de um pedido para algo estruturante mas sim para obras de conservação, concluiu.-----

----- Ainda sobre este ponto interveio a senhora deputada Isménia Loureiro, segundo intervenção que, de seguida, se transcreve, não sem antes sublinhar também que não é de bom-tom misturar aqui assuntos da vida pessoal com a vida política. Continuando a senhora deputada disse e cita-se:-----

----- “Cumprimento o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Exmº Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Secretários da Mesa, os Senhores Vereadores, bem como os Membros do gabinete de apoio à Presidência, as senhoras e os senhores deputados, os Chefes de Divisão, a Comunicação Social e os Munícipes presentes.-----

Como todos temos verificado, este Executivo tem mantido durante este mandato uma atividade e uma dinâmica ímpares na história do nosso Concelho.-----

Na verdade, desde a organização dos serviços, da regularização de situações contratuais e renovação da frota de viaturas, verificamos que as obras se sucedem, as candidaturas não perdem oportunidade e aquilo que no passado apenas era ideia, com este Executivo passou a ser projeto e, mais do que isso, muitos desses projetos já são realidades.-----

É evidente que, para a concretização de um volume tão elevado de obras, tal como outros municípios, por vezes, é necessário recorrer a empréstimos. Este Executivo já o fez e hoje propõe-nos a contratação de mais um empréstimo de 1.920.000,00 Euros.-----

Sabemos que a contratação deste empréstimo estará bem sustentado, quer na capacidade de endividamento, quer na sua aplicação.-----

E será muito bem aplicado na regeneração das vias de comunicação do nosso território, concretamente na estrada de Moimenta a Brufe, do interior de Rio Caldo, do Calvário à Pedreirinha, de Choreense a Souto, de Gogide, freguesia da Ribeira, a Santa Cruz em Souto e em Paradela, Valdosende, da estrada nacional ao paredão da barragem. Todas estas obras não são elencadas de ânimo leve. Para além de necessárias, estas intervenções já haviam sido contempladas no programa eleitoral que nos propusemos a cumprir. Assim, está mais uma vez assumido que "a palavra dada é palavra honrada" Claro que isto, dirá a oposição, está a hipotecar o futuro da nossa Câmara, está a aumentar a dívida exponencialmente e está a criar um grande problema nas contas do Município.-----

Contudo, sejamos sérios, a dívida está controlada, porque o valor da dívida em 31 de outubro de 2017, quando este Executivo chegou à Câmara era de 2.809.343,27 Euros e no dia de ontem, depois de grande movimento financeiro, essa dívida continha-se em 2.466.681,02 Euros. Aqui está a garantia da boa condução das contas municipais, do bom equilíbrio financeiro e, sobretudo, da confiança que daí sobressai para podermos apoiar a contratação deste novo empréstimo.-----

Faremos isso porque o Concelho sairá a ganhar. Faremos isso porque todos ganharemos."-----

----- Fim da transcrição e da intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Ricardo Gonçalves que começou por dizer que apesar dos subsídios disponíveis, em Terras de Bouro aposta-se nos empréstimos. A verdade, continuou, é que há muitas despesas correntes e para fazer obras tem que se recorrer a empréstimos, endividando assim o município, quando este dinheiro devia sair do orçamento municipal, sublinhou também. Aliás, continuou, é por isso que pagamos impostos, nomeadamente, nos combustíveis. A câmara municipal devia endividar-se para investir na criação de riqueza e não para despesas correntes e obras de conservação. Mais afirmou o senhor deputado que daqui a dez anos será preciso recuperar outra vez e ainda se deve este empréstimo, referindo-se, como exemplo, ao Parque Industrial da Balança onde nunca se conseguiu fazer nada. Terras de Bouro é o segundo maior concelho do distrito de Braga e nada se consegue acrescentar a isto, só se arranjam estradas, mais nada, reiterou. Agora é fácil fazer propaganda, porque no passado também não se fez nada, disse o senhor deputado Ricardo Gonçalves, pois há vinte anos que os assuntos são sempre os mesmos. O Partido Social Democrata (PSD) esteve sempre no poder e os resultados são estes que temos. O Senhor Presidente é ativo, mas com que resultados, perguntou, onde estão os resultados dessa atividade, concluiu o senhor deputado Ricardo Gonçalves.-----

----- Ainda sobre este ponto, pediu a palavra o senhor José Carlos da Rocha Dias, Presidente da União de Freguesias de Chorense e Monte que se congratulou pela concretização deste empréstimo, já que é um sinal de coragem e determinação para obras necessárias e fundamentais no dia-a-dia das populações, concluiu.-----

----- O Senhor Presidente retomou a palavra e respondendo ao senhor deputado Vítor Fernandes que nos últimos anos nem interveio nesta assembleia da forma como o fez hoje. A câmara municipal já apresentou todas as necessidades das captações de água no concelho e entregues as mesmas no Ministério do Ambiente, sendo que, são necessários doze milhões de euros só para resolver esta situação, sublinhou o Senhor Presidente que explicou todas as suas posições reivindicativas nesta assembleia. Sobre as palavras do senhor Deputado Ricardo Gonçalves afirmou que tem que se ter memória de situações anteriores e que temos que respeitar para ser respeitados. O objetivo de se pedir um empréstimo é também para suprir necessidades que existem, pois as juntas de freguesia fazem-nos chegar as suas pretensões e dificuldades e o Executivo tudo fará para ajudar nessas situações. A verdade é que o PS “lava as mãos” para não se responsabilizar pelas obras, sublinhou o Senhor Presidente que também disse que até ao dia das eleições procuraremos sempre resolver os problemas do dia-a-dia das pessoas. À Doutora Isménia Loureiro, deixou uma palavra de agradecimento pela sua intervenção.-----

----- A sessão continuou com a apresentação da Declaração de Voto da Doutora Eduarda Pereira, que de seguida se transcreve, em nome do Movimento Independente Terras de Bouro é o Nosso Partido, justificando a votação a favor do ponto três.-----

----- “Terras de Bouro O Nosso Partido irá votar a favor da proposta apresentada neste ponto da ordem de trabalhos porque os projetos enquadrados neste pedido são relevantes para a qualidade de vida da população e embora, não o fizéssemos dessa forma, queremos que os nossos habitantes disponham de vias com maior qualidade, pois as que irão ser intervencionadas de uma forma geral, encontram-se bastante degradadas.-----

No entanto, alertamos para os perigos do excessivo endividamento e para o fato de parecer evidente que o Município de Terras de Bouro não se tem mostrado capaz de investir em projetos de maior envergadura, e às vezes nem todos os que apresenta o são, sem recurso a crédito bancário ou fundo comunitários. Não nos esquecendo que são geridos anualmente cerca de 10 milhões de euros pelo executivo municipal, é necessário fazer uma gestão melhor dos nossos recursos. Empréstimos podem ser uma forma de anteciparmos investimentos urgentes, necessários ou estruturais, principalmente para aqueles projetos que não são passíveis de obter outros tipos de apoio, mas também devemos recorrer a eles com parcimónia, sob pena de hipotecarmos o futuro das contas municipais, uma vez que eles ficarão por cá durante 20 anos. E os portugueses e penso que também estarão aí incluídos os terrabourenses, estão fartos de pagar a fatura da má gestão política.-----

Um segundo aspeto é dizermos que mais uma vez não concordamos com a forma como é elaborada a proposta. No ponto três, até é enunciada, e bem, a lei, dizendo que o município apenas tem que demonstrar à Assembleia Municipal ter consultado 3 instituições bancárias e a palavra é clara, demonstrar. Nós entendemos que a competência da assembleia é meramente a autorização para a contratação de empréstimos até determinado montante, a organização e decisão do procedimento administrativo, seja de ajustes diretos, concursos públicos ou outros, não são do âmbito da Assembleia, neste órgão não tem de se escolher a proposta vencedora, nem excluir propostas, apenas nos cabe a competência de autorizar o Município a contrair empréstimos e quais os montantes destes.”-----

----- Fim da transcrição da intervenção da Doutora Eduarda Pereira.-----

----- Ainda sobre o mesmo assunto, interveio o senhor Deputado Filipe Pires para reiterar que o Partido Socialista não está contra as obras, mas entendem que o endividamento do município, a fazer-se, tem que ser para obras e investimentos estruturantes que permitam termos pessoas para utilizar estas mesmas vias que se propõe melhorar, é preciso pensar muito bem no que se vai fazer, frisou o senhor Deputado Filipe Mota Pires.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para prestar esclarecimentos sobre os valores do empréstimo pois não há fundos comunitários para esta situação.-----

----- Colocada logo depois à votação foi aprovada por maioria com quatro abstenções do Partido Socialista, a autorização da contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de um milhão, novecentos e vinte mil euros.-----

----- Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quarto ponto “Eleição de quatro elementos da assembleia municipal para a Equipa para a Igualdade na Vida Local de Terras de Bouro” o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou a necessidade legal, em função do Protocolo de Cooperação assinado com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, de esta assembleia designar quatro elementos da assembleia municipal para a Equipa para a Igualdade na Vida Local de Terras de Bouro.-----

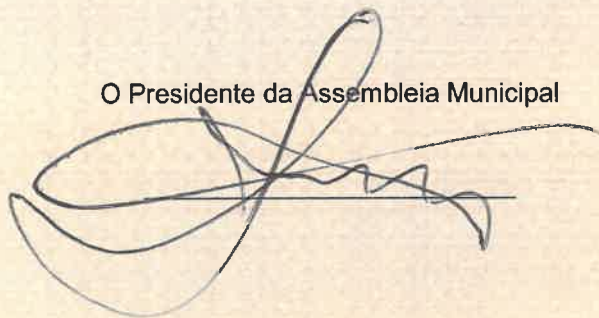
----- Após o processo de eleição com apresentação de lista única, foram eleitos por maioria, com um voto em branco: a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira; a senhora deputada municipal Sandra Vilar e os senhores deputados municipais Filipe Mota Pires e Alexandre Pereira;-----

----- Por último, foi apresentado o Voto de Pesar em nome do Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Guilherme José Barbosa Borges, ex-tesoureiro da Junta de Freguesia de Rio Caldo.-

----- Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e do mesmo consignado um Minuto de Silêncio como forma de Homenagem.-----

----- Findo este período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ainda antes de dar por encerrada a sessão, fechando logo após os trabalhos pela meia-noite e meia. Da mesma se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

A stylized, cursive handwritten signature in dark ink, featuring a large, sweeping loop on the left side and a horizontal line extending to the right.

O Secretário da Assembleia Municipal

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Paulo Amílcar Silva', with a long, horizontal line extending from the end of the signature.